FERNÃO LOPES E SEU PAPEL NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE D. JOÃO I, O REI DA BOA MEMÓRIA[1]

FERNÃO LOPES AND HIS ROLE IN THE IMAGE CONSTRUCTION OF JOHN I, OF PORTUGAL, THE KING OF THE GOOD MEMORY

Adriana Maria de Souza Zierer[*]

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar o papel de Fernão Lopes na construção da imagem de D. João I na crônica que fez destinada a este rei. Neste sentido o nosso texto está associado à História do Imaginário Político uma vez que o cronista pretendia legitimar uma nova dinastia no poder, com base no simbolismo cristão. Além disso, Lopes no seu trabalho tem a pretensão de ser um historiador e adotou alguns elementos usados pelos historiadores até hoje. Em primeiro lugar dirige o seu olhar não somente com aos "grandes", mas também retrata em seus escritos o restante da população e sua participação nos acontecimentos através das crônicas que redigiu. Em segundo lugar, consulta documentos de variados tipos para certificar-se da veracidade dos dados que apresenta. Isso não quer dizer que tenha conseguido, como afirma, contar a "crua verdade". Fernão Lopes constrói uma história que tem como propósito louvar a Dinastia de Avis e em especial o seu iniciador, D. João I e para isso legitima esse monarca com base em elementos bíblicos. O cronista se torna essencial na imagem tecida sobre D. João após a sua morte: o rei da Boa Memória, cujos feitos deveriam ser lembrados e elogiados pela posteridade.

Palavras-chave: Fernão Lopes, D. João I, imaginário político, legitimação do poder, Dinastia de Avis

[*] Doutora em História Medieval. Professora Adjunta do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). É uma das coordenadoras dos laboratórios de pesquisa Brathair - Grupo de Estudos Celtas e Germânicos e Mnemosyne - Laboratório de História Antiga e Medieval da UEMA. Coordena o projeto de pesquisa O Rei e a Legitimação da Dinastia de Avis, desenvolvido com alunos de iniciação científica. E-mail: medievalzierer@terra.com.br

[1] Este artigo retoma considerações da minha tese de Doutorado (UFF, 2004, apoio CNPq) e de alguns artigos já publicados (2006-2008), visando discutir especificamente três aspectos sobre D. João I e seu cronista. São eles: a contribuição do cronista Fernão Lopes na elaboração do epíteto de D. João, como o rei da Boa Memória, a analogia entre a ação desse cronista e o atual papel do historiador e a importância dos escritos de Lopes até hoje na historiografia mais recente acerca de D. João I.

Abstract: The aim of this paper is to analyze the role of Fernão Lopes in the image construction of John I, of Portugal in the chronicle that he did dedicated to this king. Our text is related to the History of the Political Imaginary since the chronicler intended to promote the legitimacy of a new dynasty in power, based on Christian symbolism. Furthermore, Lopes in his work has the pretension to be a historian and adopted some elements utilized by historians until nowadays. In the first place, he directs his sight not only to the "big ones", but also retreats the population in his writings and its participation in the events by the chronicles he wrote. In the second place, consults various kinds of documents to certify the veracity of data he presents. This does not mean the he has succeeded, as he states, to tell the "crude truth". Fernão Lopes builds a story that has the purpose of praising the Avis' Dynasty and especially his initiator, John I, of Portugal and for that legitimates this monarch based on biblical elements. The chronicler is essential in the image made about John I after his death: the king of the Good Memory, whose actions should be remembered and praised by posterity.

Key-words: Fernão Lopes, John I, of Portugal, political imaginary, legitimation of power, Avis' Dynasty

Introdução: Nova História Política e D. João I

Por muito tempo os estudos relacionados ao político estiveram relacionados à história metódica, que tinha por principal propósito descrever os fatos "tal como haviam ocorrido", em referência ao historiador alemão Ranke, com ênfase nos documentos políticos e militares, graças à busca de fontes primárias verídicas, utilizadas pelo historiador de maneira objetiva. A história se constituiu como disciplina no século XIX, buscando garantir a cientificidade e a proximidade com as ciências naturais e era baseada na ação dos grandes homens e em fatos "únicos e irrepetíveis" que o pesquisador deveria descrever, mas não interpretar.

No século XX houve uma reformulação do fazer histórico inspirado pelo marxismo e pelo movimento dos *Annales*, ocorrendo um rompimento com a história *événementielle* e a passagem para a história explicativa, baseada em perguntas (problematização) e voltada a uma preocupação com o que muda na sociedade.

Desde então, a história passa a ser uma 'ciência em construção' (CARDOSO, 1981, p. 42-43), uma 'ciência na infância' (BLOCH, 1993, p. 19), ou um 'estudo cientificamente conduzido' (FEBVRE, 1994, p. 30), que se renova continuamente no tempo. Sua principal preocupação é a ligação com o presente, pesquisar o passado para responder dúvidas do agora e não uma mera enumeração de fatos de uma realidade que já passou.

O historiador não é mais visto como um ser objetivo, na medida em

que suas opiniões influenciam a escolha do objeto. As ciências sociais não têm capacidade de ser totalmente objetivas, mas sim é o método científico aquele capaz de garantir a cientificidade da história. Para seguir o método é preciso a adoção das seguintes etapas: 1- escolha do objeto e colocação do problema, 2-formulação das hipóteses, 3-verificação das hipóteses através do método hipotético-dedutivo, 4-conclusão (CARDOSO, 1981, p. 57).

Importantíssima nesta maneira de se ver o conhecimento histórico é a nova concepção do documento. Ele por si só nada vale, é o historiador quem realiza um verdadeiro papel de detetive através da interpretação que faz, procurando perceber porque tal documento foi produzido, qual o local de sua produção, qual a sua relação com outras fontes e também escutando seus silêncios e lacunas. Segundo Marc Bloch (1993, p. 58-64), o historiador também deve investigar os documentos falsos e compará-los aos verdadeiros, tentando responder por que foram construídos.

As fontes muitas vezes demonstram uma tomada de posição de quem as produziu e em diversas ocasiões tem por objetivo passar uma determinada 'verdade'. É o pesquisador, através das perguntas que faz ao seu objeto, aquele que 'desvenda' as fontes para que elas garantam a explicação do processo histórico.

Para os historiadores do século XX, comprometidos com a Nova História, como mais tarde passaram a se intitular os *annalistes*, as fontes e os instrumentos de análise se multiplicaram. Também houve uma aproximação da disciplina com outras ciências sociais. Inicialmente os primeiros *annalistes* recusaram a história política, por estar associada à chamada história tradicional, considerada por Braudel como a "espuma dos ondas", ao tempo curto dos acontecimentos, sendo necessário para o historiador mergulhar no interior das mesmas para compreender o processo histórico e analisar a "longa duração" (BRAUDEL, 1992, p. 13-16).

A partir dos anos 70 a 90 ocorre um renascimento do político, agora voltado aos estudos do poder e seus mecanismos de produção e circulação na sociedade. Graças às pesquisas de Michel Foucault sobre a *Microfísica do Poder* houve um redimensionamento sobre esse conceito, ligado às relações de coerção que ocorrem não somente entre o Estado e os indivíduos, mas também entre diversos setores na sociedade. O poder pode ocorrer no interior de instituições como prisões, na família, nos hospitais, nas relações de trabalho, entre outras e daí muitas vezes a necessidade de se estudar as táticas que muitas vezes os setores desprivilegiados utilizam para contestá-lo.

Na recuperação de temas inicialmente recusados pelos *annalistes*, como a narrativa e a política, os medievalistas da Terceira Geração dos *Annales* aventuraram-se com sucesso na área. Neste sentido podemos citar estudos que se baseiam em um acontecimento para depois fazer uma análise da sociedade, como realizado por Georges Duby em *O Domingo de Bouvines*

sobre uma batalha entre França e Inglaterra no século XIII, partindo deste acontecimento, buscou compreender o que significou para os homens medievais palavras como paz, guerra e batalha e quais as suas motivações. Outro também que se dedicou às biografias com sucesso foi Jacques Le Goff, que produziu as de São Luís (1999) e São Francisco de Assis (2001). Os historiadores reconhecem que é necessário saber escrever bem e que a história é escrita na forma de uma narrativa. Como aponta Le Goff (1999, p. 23), toda história é narrativa, porque se situa no tempo e na sucessividade. Neste sentido, parte-se do acontecimento ou da biografia para a explicação da sociedade.

Este estudo sobre Fernão Lopes volta-se para as questões do poder, e em especial para a ascensão de uma nova dinastia, a Dinastia de Avis, legitimada politicamente pelos olhos de um cronista, o qual, pela sua função, exercia no século XV um ofício que equivaleria ao de historiador. Fernão Lopes foi contratado em 1418 por D. Duarte, filho de D. João I e rei subsequente a ele, para escrever a história de todos os reis até então. Recebia uma "tença anual" pelo seu trabalho e sua função foi a de escrever uma imagem positiva sobre o primeiro monarca avisino.

O olhar incide nos "grandes" da História, um monarca, mas Fernão Lopes também se preocupa, ao contrário de outros cronistas de sua época, em escrever sobre os "pequenos", o povo. Estes últimos, segundo o cronista, exercem na *Crónica de D. João I* um papel fundamental na aprovação do novo monarca, apresentado por Lopes como o "eleito de Deus" para governar Portugal, embora fosse de origem bastarda.

Outro elemento interessante é que o trabalho dele se aproxima bastante daquele do historiador: preocupa-se em abordar a "veracidade histórica" ou segundo suas palavras a "nua verdade" (CDJ, I, p. 3) e consultou vários documentos. Por todos esses fatores é interessante analisar esse verdadeiro exemplo de estudo representado por Fernão Lopes e a sua construção da memória de D. João, que se encaixa na linha da nova história política.

Entendo que a pesquisa se relaciona com o imaginário, que para Le Goff está ligado ao ideológico e ao simbólico, unindo representação com imaginação (LE GOFF, 1994, p. 11). Na medida em que as ações de D. João são explicadas por Fernão Lopes associadas à construção de representações sobre ideias e imagens da sociedade medieval, bem como o uso dessas imagens para o fortalecimento de um grupo político, a Dinastia de Avis, o artigo se insere na *história do imaginário político* (ZIERER, 2004, p. 17-18).

Estudos importantes neste campo foram realizados por historiadores precursores dos *Annales* desde Marc Bloch com *Os Reis Taumaturgos* em 1924, sobre a crença no poder de cura dos reis medievais da Inglaterra e França. Le Goff também enfatiza a ligação entre imaginário e o poder político no artigo "A história política contínua a espinha dorsal da História?" (LE GOFF, 1994, p. 351-367).

De acordo com este autor, o importante nos estudos históricos não é a mera descrição de eventos políticos, mas o estudo sobre o poder, muitas vezes expresso nos seus símbolos (LE GOFF, 1994, p. 358-359). Afirma que na Idade Média o político é 'uma província do sagrado' (LE GOFF, 1994, p. 357).

Por esse motivo, o Mestre de Avis, bastardo que se tornou monarca aparece como um salvador e um exemplo de bom cristão através da pena do cronista. De fato, uma imagem positiva colou-se à figura do primeiro monarca avisino, o que mostra que a "propaganda" acerca das ações do rei já existia durante o período em que estava vivo. A confirmação desta imagem positiva na época fica clara porque além do epíteto de rei da "Boa Memória", poucos anos após a morte de D. João I documentos da corte o intitulavam como "Pai dos Portugueses" (SOUSA, s/d, p. 497).

Compreendo, portanto, que Fernão Lopes, historiador a serviço de um grupo de governantes, utilizou a religião com o intuito de fortalecer no campo simbólico o iniciador da nova dinastia, D. João I. Desvendar os mecanismos da construção do poder na *Crónica* e o papel de Fernão Lopes nesse processo é o objetivo deste artigo.

1.Contexto Político de Ascensão de D. João I ao Poder: um resumo

Antes de tratar especificamente sobre a figura de Fernão Lopes e a importância da crônica como documento histórico, é importante resumir brevemente como D. João ascendeu ao cargo de rei. Após a morte de D. Fernando (1367-1383), último rei da Dinastia de Borgonha, o reino de Portugal sofreu uma crise dinástica. Dois grupos pretendiam ficar com o poder. Em primeiro lugar, a regente, viúva do soberano e de origem castelhana, D. Leonor Teles. De outro lado o monarca de Castela, que havia se casado com a filha do rei D. Fernando e ainda não tinham gerado descendência, em virtude de D. Beatriz não estar em idade núbil. Boa parte da nobreza tradicional portuguesa apoiava as intenções do governante de Castela.

Nesse momento foi propício que D. João, Mestre de Avis, irmão de D. Fernando e filho bastardo do pai de ambos, D. Pedro (1357-1367), tomasse o poder com o apoio de nobres secundogênitos, comerciantes e população pobre da cidade de Lisboa, no que ficou conhecido como a "Revolução de Avis". D. João foi inicialmente nomeado regedor do reino e depois eleito como rei, em 1385. Apesar dessa vitória política, iniciando uma nova dinastia no poder, era necessário a legitimação simbólica do governante e dos seus descendentes, ação na qual a *Crónica de D. João I* tem papel importante. Vejamos a seguir a importância das crônicas em geral na preservação da memória régia e algumas ideias de Fernão Lopes para legitimar D. João.

2.Crônicas e Estabelecimento da Memória Régia

A crônica é um relato que se caracteriza pela sucessão linear de fatos. As primeiras crônicas eram chamadas de "crônicas universais" ou "crônicas do mundo", englobando a história desde a Criação até os próprios dias do cronista (LOYN, 1989, p. 109). Na época visigótica, Isidoro de Sevilha (560-636) produziu a *Cronicon Universal* com vários tratados e crônicas latinas precursoras da *Crónica Geñeral*, de Afonso X. A partir do século IX surgiram crônicas locais, descrevendo um reinado ou abadia.

As crônicas estão ligadas ao poder oficial, sendo oriundas principalmente das cortes régias. O seu conteúdo misturava episódios lendários, como a tradição greco-romana, episódios bíblicos e fatos verídicos. Caracterizam-se como narrativas cujo discurso é parcial, visando ser um exemplo moral e de boa conduta para os súditos através das ações dos monarcas.

A historiografia portuguesa iniciou-se com *Annales Portucalenses Veteres* (987-1079 e depois continuados de 1111 a 1122), que eram registros de acontecimentos importantes. No século XIII, o reinado de Afonso Henriques foi objeto de várias narrativas, depois incorporados à *Crónica Geral de Espanha de 1344*. O primeiro destes relatos foi o manuscrito Tudense, de Lucas de Tui, composto no início do século XIII. Em Portugal há toda uma tradição cronística anterior a Fernão Lopes, composta no século XIV, por entre outras obras, a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, considerada anônima, mas mandada fazer pelo Conde D. Pedro de Barcelos.

Por esse motivo, autores como Maleval salientam que apesar da importância do cronista, ele não pode ser considerado o "pai da historiografia portuguesa", como salientam alguns (MALEVAL, 2010, p. 54-55). Lopes afirma no prólogo de sua obra que preferia a "simples verdade" do que a "falsidade". Em vários momentos insiste no embate entre verdadeiro e falso, além de reforçar que sacrificaria a "formosura das palavras" pela veracidade dos fatos (CDJ, I, p. 1-3). Mas como já vimos, a sua história é partidária de um grupo político, sendo fundamental para a construção de D. João, o rei da Boa Memória, epíteto com o qual este rei ficou conhecido.

É importante perceber que o documento do cronista procura legitimar uma nova dinastia no poder, apresentando uma estratégia discursiva que não poderia ser contestada no campo simbólico, através dos **milagres** que o cronista descreve acerca das ações bélicas de D. João e D. Nuno, mostrando a preferência de Deus pelo *Mexias* e o consagrando no poder. Embora bastardo, palavra nunca mencionada pelo cronista, D. João foi rei pela "vontade divina" e por ser "filho de rei", já que era filho do rei anterior a D. Fernando, o monarca D. Pedro (1357-1367).

Para Rebelo, as crônicas efetivam um discurso de persuasão ligado ao poder monárquico e às ideologias de consenso popular que justificam este poder. Fernão Lopes, que era um funcionário do governo e comprometido

com os interesses da nova Dinastia, procurou justificá-la com base em três planos: o ético-político, o jurídico e o providencial (REBELO, 1983, p. 18-22).

O plano ético-político era baseado no modelo do *rex justus* possuindo quatro temas fundamentais: 1-a igualdade do homem perante a lei, assunto tratado na *Crónica de D. Pedro*, 2-o abuso do poder por um grupo associado a uma facção estrangeira, tema tratado nos últimos capítulos da *Crónica do Rei D. Fernando*, 3-a ideia de um sentimento nacional nascente identificado ao interesse comunal e contrário ao domínio estrangeiro no reino, desenvolvido principalmente na *Crónica de D. João I* e também no final da *Crónica de D. Fernando* e 4-base moral e política da legitimidade eletiva com relação às regências de Leonor Teles e do Mestre de Avis, discutidas na primeira parte da *Crónica de D. João I* (REBELO, 1983, p. 27).

Com relação ao plano ético, Fernão Lopes seguiu a teoria da justa governação de Aristóteles, no qual o poder político tem a função de servir os habitantes, visando o interesse comum. De acordo com este pensador, aquele que melhor bem fizesse à comunidade, receberia o melhor cargo político.

Quanto a D. Leonor, viúva do rei D. Fernando, sua regência estava associada à nobreza senhorial aliada a um grupo estrangeiro. Esta nobreza senhorial não se preocupava em exercer uma justiça distributiva, mas pelo contrário só se voltava aos seus próprios interesses. Assim, de acordo com o cronista, havia de um lado, o Mestre de Avis voltado à defesa da terra e dos interesses da comunidade, e de outro a nobreza senhorial, aliada à facção estrangeira. Esta nobreza havia levado D. Fernando a três guerras com Castela, a um aumento de doações de terras a este grupo e à quebra da moeda, o que veio a prejudicar a população do reino, representada pelos membros dos concelhos, mercadores, artesãos e camponeses (REBELO, 1983, p. 29-36).

O elemento preponderante para que o Mestre de Avis chegasse ao trono seria o seu carisma, as suas qualidades de chefe, reconhecidas por Deus através dos elementos providenciais na narrativa do cronista que asseguravam esta escolha. Segundo Rebelo, o "carisma do poder", desenvolvido por pensadores medievais como João de Salisbury, servia bem aos interesses da Dinastia de Avis. Através deste carisma, elementos de condição humilde, como era o caso do mestre, um bastardo, poderiam atingir o poder desde que isto fosse da vontade do povo (carisma do poder) e pela vontade divina (representado por sinais e milagres divinos). A autoridade carismática atenuaria assim a falta do carisma do sangue, representada pela bastardia.

D. João por sua própria condição de filho ilegítimo, pertencente a uma ordem religiosa (era mestre de Avis) "e consequentemente, incapacitado pela natureza dos seus votos religiosos para ascender ao trono, tomar o governo do reino e casar" (REBELO, 1988, p. 53), não era o candidato ideal para ser rei. A ilegitimidade manchava a nova dinastia. Daí a neces-

sidade da mesma basear-se principalmente nos sinais divinos expressos no messianismo régio para justificar o novo governo.

3. Fernão Lopes e a elaboração da memória positiva sobre D. João

Apresento a seguir dados biográficos de Lopes, bem como alguns dos eixos da sua argumentação, na qual valorizava a participação popular nos acontecimentos. O autor pertencia a uma família simples, ligada a funções urbanas ou do campesinato. Casou-se com uma senhora aparentada de mesteirais chamada Mor Lourenço, além de possuir uma sobrinha casada com um sapateiro (MARQUES, 1976, p. 56-57).

Já em 1439, quando possuía uma situação econômica bastante estável, comprou uma casa num bairro modesto por cinco mil e quinhentos reais brancos, menos da metade do que a tença que recebia. Talvez por esse motivo demonstre preocupação com os "humildes" no seu relato, ao contrário de outros cronistas contemporâneos seus.

Não se sabe com precisão as datas em que viveu e morreu. O nascimento situa-se entre os anos de 1380 e 1390. Para Saraiva teria sido antes de 1387, provavelmente nos anos críticos da Batalha de Aljubarrota, que narraria depois na sua *Crónica de D. João I* (SARAIVA, 1997, p. 17). Seu falecimento ocorreu após 1459, última vez que seu nome aparece em um documento para contestar a herança de um neto bastardo, que seu filho, D. Martinho, tivera com uma mulher de "má fama". Parece que teve apenas um filho, este D. Martinho, médico do infante D. Fernando que morreu com ele na África, na expedição fracassada de Tânger (1437)[2].

Oliveira Marques estranha que entre os anos de 1439-1446 Lopes ainda utilizasse como testemunhas dos seus contratos de compras pessoas de origens simples: um tanoeiro, um ferreiro e um porteiro (MARQUES, 1976, p. 57).

Um elemento importante no trabalho deste cronista é que se preocupava com a pesquisa documental. Consultou diversos arquivos, recolhia depoimentos e chegava até mesmo a ir a túmulos para verificar os nomes, conferindo inscrições epigráficas (SARAIVA e LOPES, 1978, p. 127).

Teve uma carreira de sucesso como alto funcionário da administração régia. Em 1418 foi guardador das escrituras da Torre do Tombo, cargo que equivaleria hoje ao chefe do Arquivo Público do Estado, o que pressupõe que já antes de 1418 exercesse funções na secretaria régia como escrivão. No mesmo ano foi nomeado como escrivão de livros do futuro rei D. Duarte e

[2] Expedição realizada durante o governo de D. Duarte quando o Infante D. Fernando, filho de D. João I e irmão de D. Duarte, foi aprisionado pelos mouros. As cortes não permitiram o pagamento do resgate e ele morreu no cativeiro, sendo depois conhecido como o Infante Santo. O filho de Fernão Lopes também faleceu nessa expedição.

em 1419 passou a exercer a mesma função para D. João I. Dois anos depois já era escrivão de pruridade e no início da década de 1430 foi nomeado tabelião do reino. Além dessas funções também acumulou o cargo de cronista régio. Seus serviços foram amplamente reconhecidos. Em 1433 foi nobilitado por D. João I.

Em 1418 foi contratado por D. Duarte (1434-1437), que sucedeu seu pai, D. João, para escrever a história de todos os reis de Portugal. Está confirmada a sua autoria das *Crónicas de D. Pedro*, *Crónica de D. Fernando* e *Crónica de D. João I* (primeira e segunda parte).

Segundo Rui de Pina, Lopes também teria iniciado a terceira parte da Crônica de D. João I, que seria o material utilizado na *Crónica da Tomada de Ceuta*, de Zurara. Escreveu a *Crónica de D. João I* já após a morte do monarca (1433), entre os anos de 1440 e 1448 após o governo de D. Duarte (1434-1437) e durante a regência do infante D. Pedro (1440-1448). Ao que tudo indica é também o autor da *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal* ou *Crónica de 1419*, referente aos sete primeiros reis de Portugal, e cuja autoria é anônima. Vários filólogos lhe atribuem essa autoria.

Fernão Lopes foi dispensado de suas funções em 1449, sendo aposentado do cargo de cronista após o conflito entre o Infante D. Pedro e seu sobrinho, o rei D. Afonso V (1448-1481), que resultou na morte do primeiro na Batalha de Alfarrobeira (1449)[3]. O motivo apresentado para essa dispensa seria a sua "velhice". Parece haver se tornado partidário do regedor do reino, o Infante D. Pedro, daí o motivo para a aposentadoria, conforme indicam alguns estudiosos como Monteiro (1988, p. 92, nt. 10) e Saraiva (1988, p. 167).

Fernão Lopes foi influenciado por diversos tipos de narrativa: hagiografias, sermões, romances de cavalaria. Sua narrativa liga-se à oralidade, escreve como que voltado a uma plateia. Há, inclusive, várias passagens em que conversa com o leitor/ouvinte do seu relato, afirmando que não se estenderia muito sobre determinado assunto para não cansá-lo (ZIERER, 2007, p. 220).

As três principais obras de Fernão Lopes, *Crónicas de D. Pedro*, *de D. Fernando* e de *D. João I*, primeira e segunda partes, correspondem, segundo os especialistas, a uma trilogia. Isto é, podem ser vistas como um conjunto maior de uma única obra que se divide em três partes, as quais se articulam e dialogam entre si.

Com relação a D. João, por exemplo, fatos mencionados na *Crónica de D. Pedro* ou de *D. Fernando* são confirmados na *Crónica de D. João I*. Ou-

[3] Conflito provocado graças à intriga criada pelos nobres entre o rei Afonso V e seu tio, o Infante D. Pedro, regente do reino até 1448. Este último foi encontrar o sobrinho, procurando realizar uma demonstração de força, mas pereceu na batalha, juntamente com quase todos os seus seguidores. Tudo leva a crer que Fernão Lopes fosse partidário de D. Pedro, pois logo após a morte deste foi aposentado do cargo de cronista.

tras vezes o relato sobre D. João procura solucionar problemas do governo de D. Fernando, num contraponto entre rei fraco e rei ideal.

Por exemplo, na *Crónica de D. Pedro* já aparecem elementos que na *Crónica de D. João* I serão enfatizados. Um exemplo é o sonho do rei D. Pedro no qual Portugal se consumiria em fogo até que seu filho D. João, munido de uma vara, apagaria este fogo

> [...] por que eu (D. Pedro) sonhava huuma noite o mais estranho sonho que vós vistes: a mim parecia em dormindo, que eu **viia todo Portugall arder em fogo**, de guisa que todo o reino parecia huuma fugueira; e estando assi espamtado veendo tall cousa, **viinha este meu filho Johanne com huuma vara na maão, e com ella apagava aquelle fogo todo** (CDP, p. 192) (grifos nossos)

Este pequeno extrato da *Crónica de D. Pedro* visa ao início da afirmação messiânica do rei escolhido por Deus no sonho de seu pai, o que é desenvolvido com riqueza de detalhes na *Crónica de D. João I*. O fogo parece representar o fato das guerras que Portugal enfrentaria posteriormente contra Castela, a partir do governo de D. Fernando e após a sua morte, e a imagem de D. João que apaga esse fogo munido de uma vara certamente é um símbolo desenvolvido posteriormente por Fernão Lopes, ligando D. João à ideia do Messias de Portugal, isto é, seu salvador, contra aqueles que o cronista chamou de "cismáticos e heréticos" representados por Castela.

Outro elemento da *Crónica de D. Pedro* é que o cronista procura enfatizar o fato de que o casamento entre Inês de Castro e o monarca não teria ocorrido, o que provaria que os filhos deste casamento eram ilegítimos, o que os impediria de assumir o trono e confirmaria a ideia de que o cargo estaria "vago". Assim, na defesa do jurista João das Regras durante as Cortes de Coimbra para a eleição de D. João como rei (1385), que aparece na *Crónica de D. João I*, é sustentada uma crença que o cronista já havia emitido em sua crônica anterior.

Uma crítica clara que Fernão Lopes faz a D. Fernando aparece na *Crónica de D. João I*, afirmando que o rei teria gasto os recursos amealhados pelo bom governo de seu pai Pedro I durante as guerras contra Castela. Estes recursos, segundo o cronista, seriam para serem gastos momentos de necessidade, mas D. Fernando teria gerido mal os proventos com guerras contra Castela, que não venceu ("*vaãs guerras e sem proveito*" (CDJ, I, p. 98-99), segundo o cronista), sacrificando o povo (*mudou moedas em gramde dampno e destroiçom de todo seu poboo*) (CDJ, I, p. 98-99). Além disso, teria lançado mais impostos, como as sisas, o que teria levado Portugal a ter poucos rendimentos quando D. João se tornou regedor do reino.

Outro dado importante são os elementos de analogia construídos por Fernão Lopes na comparação entre D. João I e o primeiro monarca portu-

guês, Afonso Henriques (ZIERER, 2004, p. 243-250). Esta analogia foi intencional, com o objetivo de garantir uma origem divina da monarquia portuguesa para legitimar a ascensão da Dinastia de Avis ao poder, tema importante, mas que não será discutido nesse artigo.

As principais fontes de Fernão Lopes para escrever a Crónica de D. João I foram crônicas portuguesas perdidas, como a de Martim Afonso Melo e do Dr. Cristophorus (Cristóvão). Outra crônica utilizada foi a *Crónica do Condestabre*, relato anônimo sobre a figura de Nuno Álvares Pereira, o comandante militar de D. João. Esta foi a obra mais utilizada pelo cronista, que copiou trechos inteiros da mesma e acrescentou à sua, embora não mencione tal fato (AMADO, 1991, p. 51). Um manuscrito proveniente de Castela utilizado pelo cronista foi a *Crónica de Ayala*.

Ele se inspira tanto na literatura clássica, com Cícero, Aristóteles e Tito Lívio, como na cristã, com Beda, Santo Agostinho e Isidoro de Servilha, entre outros, tendo preferência, além do texto bíblico, pela Moral, Direito e Teologia (AMADO, 1993, p. 182)

Lopes faz uma história encomendada visando engrandecer a Dinastia que o contratou, e, por isso, reprova alguns e louva outros:

> [...] denegrindo-se quem se julgou necessário, exaltando-se e mitificando-se quem se teve por conveniente, deixava-se (assim) aos vindouros a imagem fiel ao poder institucionalizado. A escrita garantia a eficácia e a perenidade de um **discurso** que se revelava abertamente **partidário** (FERREIRA, 1995, p. 17). (grifo nosso)

Uma das que aparece negativamente no manuscrito de Lopes é a rainha regente, D. Leonor Teles; o outro grupo mal visto é a nobreza portuguesa tradicional, apoiante dos castelhanos e considerada "traidora" do reino.

A crônica, como relato escrito, visa fixar uma memória em favor da imagem positiva do governante e da dinastia que ele iníciou. Acredito, assim como Accorsi Jr. (1997, p. 103), que após a sua confecção, a *Crónica de D. João I* era lida em espaços públicos. Esses espaços podem ser entendidos como locais de circulação de pessoas nas cidades, como ruas, praças, entre outros. Também pode ter sido difundida em espaços privados, como nos paços dos nobres. Nesses lugares, possivelmente eram declamados trechos da crônica do primeiro monarca avisino, transmitindo os feitos engrandecedores do rei à população pobre e à nobreza. Ainda que tenha sido publicada pela primeira vez somente em 1644, a oralidade possivelmente transmitiu os dados da crônica, que permaneceram no imaginário português, junto a outras ações de Dinastia de Avis com o intuito de consolidar a legitimação simbólica da nova dinastia.

A questão da recepção da obra de Fernão Lopes é tema que a historiografia ainda não conseguiu solucionar de forma conclusiva, fato já men-

cionado por Monteiro nos anos 80 (1988, p. 118). O autor defende, porém, que a obra teria sido difundida na corte régia (MONTEIRO, 1988, p. 119). Delgado, em dissertação de Mestrado recente (2011) concorda com a opinião deste autor, afirmando que as crônicas eram circunscritas às cortes régias, voltadas à educação dos senhores e letrados do reino (DELGADO, 2011, p. 124), mas acrescenta ser possível que "estas produções também possam ter atingido um público maior, pois as crônicas [...] foram feitas para serem ouvidas [...]"(DELGADO, 2011, p. 124). Neste sentido, salienta a presença dos chamados "índices de oralidade"[4] neste documento através de expressões relacionadas à voz e a sons contidas no manuscrito. Segundo Monteiro, Fernão Lopes conversa com o leitor e apresenta um relato animado e vivo dos fatos que descreve (MONTEIRO, 1988, p. 111), o que pode supor que seu relato era voltado a ser lido para uma audiência.

Vasconcelos (2007, p. 4) mostra a importância do trabalho de Lopes e de outros cronistas para legitimar o poder régio, daí o valor dado a esses funcionários[5], que tinham como função convencer a posteridade de determinados fatos a serem aceitos, como no caso de D. João, um bastardo que tinha uma necessidade de legitimação simbólica para garantir a continuidade da sua dinastia no poder. Por essa razão, Lopes faz toda uma justificativa baseada na Providência Divina para justificar a ascensão do Mestre de Avis ao poder régio. Acredito, portanto, que seu relato seja um dos precursores na construção de D. João I como o rei da Boa Memória.

A crônica como documento escrito está diretamente relacionada à afirmação dos governantes e poderosos desde a Antiguidade, constituindo-se num verdadeiro "monumento", segundo Le Goff. Por isso, para esse autor, "tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas" (LE GOFF, 1989, p. 13).

Armindo de Sousa salienta que já antes de 1451 D. João I era conhecido pelo epíteto de "rei da Boa Memória" e que nesse mesmo ano será intitulado assim no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende (SOUSA, s/d, p. 500).

A *Crónica de D. João I* se foi um importante elemento na construção de uma imagem positiva do iniciador da Dinastia de Avis, não foi o único meio para legitimá-la. Não somente D. João, mas também os seus descendentes, procuraram incentivar o cuidado com a memória e exerceram atividades concretas de glorificação dos novos governantes. Neste sentido, desde

[4] Segundo Zumthor (1993), os índices de oralidade são elementos que explicitam a presença da vocalidade nos manuscritos medievais. Apresentam-se através de verbos como dizer, ouvir, escutar, etc, além de outros apelos ao diálogo, como por exemplo, o uso do vocativo, aspecto lembrado por Delgado como presente no relato de Lopes (2011, p. 124). Ainda sobre a importância da oralidade na *Crónica de D. João I*, cf. Saraiva (1988, p. 199-201).

[5] Lopes chegou a ser nobilitado.

D. João houve preocupação na ampliação dos livros do reino e a biblioteca de seu filho, D. Duarte é a primeira biblioteca régia em Portugal da qual conhecemos o número de volumes, com oitenta exemplares (SARAIVA, 1988, p. 218). De acordo com Susani França, desde o reinado de D. João I foi elaborado um discurso visando ressaltar as virtudes da escrita e realizadas ações para aumentar a produção de livros, vistos como essenciais para a correta instrução dos dirigentes (FRANÇA, 2006, p. 53). Ocorreu um aumento de obras escritas em língua nacional, visando prepará-los para realizar suas funções e apresentar valores nobiliárquicos desejáveis.

D. João e seus filhos, D. Duarte e o Infante D. Pedro produziram manuais sobre o comportamento ideal dos reis e da nobreza, conhecidos como a Prosa Moralística, tais, como o *Leal Conselheiro*, de D. Duarte e o *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, do Infante D. Pedro (SARAIVA, 1988, p. 218-234). Em outro manual pedagógico, o *Livro de Bem Ensinança a Cavalgar Toda Sela*, D. Duarte lembra o genitor como modelo de virtudes físicas e morais (DIAS, 1997, p. 88).

A família do primeiro monarca avisino foi considerada desde o século XV como um modelo de comportamento, tanto D. João (bom cristão, devoto, bom marido, segundo Lopes) (ZIERER, 2004, p. 213-217), como sua esposa D. Filipa (religiosa, ponderada e modelo de virtudes). Os filhos do casal ficaram conhecidos como a "ínclita geração" (COELHO, 2009, p. 56-57). Especialmente D. Duarte e o Infante D. Pedro em seus escritos apresentam o pai, D. João como dotado de moderação e exemplo aos filhos.

Maria Helena Coelho (2008, 2009) salienta os mecanismos de propaganda das ações régias a partir da Dinastia de Avis, através das cerimônias de entradas régias, seu registro e a construção de um verdadeiro panteão, o mosteiro da Batalha, na cidade do mesmo nome, para glorificar a memória da Batalha de Aljubarrota, verdadeiro "marco" na vitória contra os castelhanos e que foi habilmente narrada por Fernão Lopes, cuja vitória portuguesa foi vista pelo cronista como uma verdadeira aliança com Deus e a confirmação da eleição divina daquele monarca.

Em Batalha foram colocados os túmulos do rei e de vários dos seus descendentes, mostrando uma preocupação com uma memória pétrea (COELHO, 2008, p. 93). D. João é esculpido em seu túmulo com armadura e cetro, símbolos do poder régio e da justiça, além de trajar armadura completa, ligada às suas vitórias guerreiras (COELHO, 2009, p. 94). Ele e D. Filipa estão com as mãos entrelaçadas e a rainha segura um livro, "símbolo de sua devoção e cultura" (COELHO, 2009, p. 95). O livro no túmulo de D. Filipa é mais um elemento a reforçar a importância da escrita como forma de propagar os feitos e a importância da nova dinastia.

A imagem positiva de D. João na posteridade conflita, no entanto, com os acontecimentos do seu reinado (ZIERER, 2006, p. 147; ZIERER,

2007, p. 237-238). Portugal andou por muito tempo em guerra, sendo a paz com Castela assinada somente em 1411. As sisas, imposto indireto municipal, criado para financiar as guerras com o reino vizinho, passou de temporário a permanente. Houve ainda, durante o seu governo, reclamações dos humildes contra os abusos dos "grandes", aumento dos preços e desvalorização da moeda. Vários nobres também ficaram descontentes com a centralização do poder do monarca, que os impediu de terem vassalos próprios, levando muitos a saírem do reino (SOUSA, s/d, p. 497-500).

Até mesmo o condestável Nun' Álvares Pereira, seu comandante militar, ficou insatisfeito, pois o monarca retirou feudos que havia lhe dado, sendo o conflito resolvido através do casamento entre um filho bastardo seu e a filha de D. Nuno. Devido a esses problemas, no governo de D. João houve o início da Expansão Marítima, com a conquista de Ceuta em 1415, visando desviar as tensões de vários grupos sociais para fora do reino. Apesar desses percalços, a vitória contra os castelhanos em Aljubarrota (1385), o início das Grandes Navegações e a difusão das ações do monarca, reforçaram a imagem do rei da Boa Memória.

4. Contexto histórico apropriado por Fernão Lopes para justificar o novo rei: as ideias milenaristas

É importante explicitar o contexto histórico e religioso do governo de D. João, que está diretamente relacionado às ideias messiânicas elaboradas pelo cronista sobre o seu biografado. O final da Idade Média é caracterizado pelo medo do fim dos tempos. Fome, guerras, aumento da exploração sobre os pobres, revoltas e a Peste Negra levaram muitos a temerem a ira Divina e o fim próximo (WOLF, 1988, p. 16-17; MARQUES, 1986, p. 516-519).

Somado a isso, entre os anos de 1378-1417 ocorreu o Cisma do Ocidente, com dois papas, um em Roma, outro em Avignon e num determinado momento por mais um terceiro papa, em Pisa (MARQUES, 1986, p. 519). Toda essa conjuntura gerou o apego de alguns por ideias milenaristas e pela crença na vinda do Anticristo antes do Juízo Final, que antecederia o período da Sétima Idade (VENTURA, 1992, p. 38).

Essas ideias eram compartilhadas por grupos como os franciscanos espirituais, favoráveis aos ideais da pobreza de Cristo, *fraticelli*, franciscanos radicais que se tornaram heréticos, e beguinos, comunidade religiosa suspeita de heresia. Eles se inspiravam no pensamento do monge calabrês Joaquim de Fiore (m. 1202) que pregava a existência de três Idades, a do Pai, a do Filho e a do Espírito Santo, sendo a última Idade considerada uma era de renovação, na qual os monges conduziriam os humanos a uma nova era de felicidade[6]. Após a morte do monge da Calábria, seus escritos foram consi-

[6] Muitos associavam esses monges aos franciscanos. Cf. Ventura, 1992, p. 35-40.

derados heréticos, mas tiveram grande importância. Ele se referia também ao Anticristo, que viria assolar a terra antes da era de felicidade, que, para ele, começaria em 1260 (DESROCHE, 2000, p. 269-270).

As três eras de Joaquim de Fiore se uniam com a ideia das seis idades do mundo. Ambas as concepções difundiam que o final do mundo estava próximo e que a partir da Sétima Idade a Jerusalém Celeste seria implantada na terra, após a Parusia, a segunda vinda de Cristo quando os eleitos e os pecadores seriam julgados definitivamente por Deus.

Enquanto autores como Beda e Santo Agostinho veem a *Sétima Idade* como anunciadora do Juízo Final e do estabelecimento do reino de Deus na Terra, Fernão Lopes apresenta uma inovação. Ele associa este período como os "novos tempos" a serem iniciados pela Dinastia de Avis, afirmando que o Juízo Final ocorreria em data incerta (REBELO, 1983).

Fernão Lopes se apropria da expectativa de alguns elementos da sociedade portuguesa sobre a vinda do salvador ou messias que lutaria contra o Anticristo, que no seu relato é representado pelo rei de Castela. A ascensão de D. João ao poder é vista como um combate entre o bem e o mal. Pelo fato de D. João apoiar o papa de Roma, tido pelo cronista como o papa legítimo, e de D. Juan de Castela apoiar o papa de Avignon, este monarca será intitulado pelo cronista como "herético e cismático" e suas ações apresentadas como condenáveis. Já as de D. João de Portugal terão a proteção de Deus o que é mostrado em vários momentos da crônica através dos chamados "milagres" e "sinais" apontados pelo cronista, em especial a vitória de D. João nos conflitos bélicos.

Um elemento importante foi a preocupação do cronista em mostrar a participação de outros segmentos sociais que não apenas os 'grandes' na sua crônica. Assim a narrativa dá grande atenção aos 'miúdos', o que permite uma maior compreensão da sociedade do seu tempo. Com a explosão de conflitos sociais após a morte de D. Fernando, o cronista apresenta os dois grupos protagonistas do seu relato: os grandes, de um lado, e os pequenos que naquele tempo se chamavam a "arraia miúda" (CDJ, I, p. 186).

Estes "grandes" estavam associados aos castelhanos. Lopes procura criar a imagem de uma nobreza que só se preocupa com interesses materiais. Em oposição a ela estava a "verdadeira nobreza", os nobres secundogênitos, apoiantes do Mestre de Avis, representados por Nun' Álvares Pereira, que foi comandante militar de D. João.

Assim, ficam claros os dois protagonistas coletivos da trama, o povo e seu Messias, de um lado, cujas ações meritórias do favor divino são construídas ao longo do relato, e os senhores portugueses aliados dos castelhanos, a quem o cronista vai condenar a todo o momento (ZIERER, 2007, p. 222). Este é um dos principais eixos da argumentação, que justifica o Mestre através dos desígnios do Criador.

Ao analisar o governo do primeiro monarca avisino, Fernão Lopes afirmou que D. João representava o *novo*, isto é, o "amor à terra" e o desejo dos "naturais" ou a "arraia-miúda" em apoiar o reino e o Mestre de Avis contra o domínio de Castela, o que era contrário ao direito feudal vigente, pois ainda não havia "sentimento nacional" em Portugal à época de D. João I. Naquele período era mais valorizado o direito consuetudinário e por este, através do Tratado de Salvaterra dos Magos[7], estava garantido a D. Juan de Castela o direito às terras do reino luso, motivo pelo qual esse rei foi apoiado pela maior parte da nobreza portuguesa.

Fernão Lopes construiu em seu relato a ideia de uma nobreza ideal, cuja ligação é com o reino, personificado na figura de Nun' Álvares Pereira, exemplo de cavaleiro fiel a D. João, representando a "mansa oliveira portuguesa" em oposição à nobreza tradicional, acusada no relato de constituir os "enxertos tortos" da oliveira portuguesa.

Outro aspecto importante é que sempre ao se referir a D. João o cronista procura encobrir a bastardia, substituindo-a pela expressão de que este era "filho de rei"[8] É possível perceber na *Crónica de D. João I* a construção da imagem do "Messias de Lisboa" por Lopes como uma estratégia para legitimá-lo no poder, pois apesar de ter sido eleito nas Cortes de Coimbra, em 1385, seu comandante militar, D. Nuno, coagira os votantes a apoiarem D. João (ZIERER, 2008, p. 43). Daí toda a defesa do Mestre de Avis como escolhido de Deus para governar e "salvar" o reino português do domínio castelhano, que foi associado pelo cronista a uma ideia cruzadística do combate entre o bem e o mal, entre Deus *versus* o diabo, como já salientado.

5.Elementos da *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes

A principal inspiração de Fernão Lopes para elaborar a sua concepção de Messias foi a *Bíblia*. O Messias no cristianismo é o próprio Cristo, o escolhido de Deus para salvar a humanidade e prepará-la para a vinda do Reino de Deus no final dos tempos. No caso de D. João ele é um chefe político escolhido pelo Criador para salvar e governar Portugal, com aproximações aos reis do *Antigo Testamento* e analogias com Cristo. Mas certamente outros relatos associados à ideia de Paraíso e rei perfeito influenciaram o cronista. A

[7] Tratado assinado após a última das guerras travadas entre D. Fernando e o reino de Castela. Afirmava que o descendente dos dois reis ibéricos seria o novo monarca de Portugal. Após a morte de D. Fernando, como sua filha era casada com D. Juan de Castela, muitos membros da nobreza portuguesa defendiam que este tinha o direito de governar o reino luso.

[8] Um episódio claro que procura reforçar tal fato é quando, após o assassinato do Conde Andeiro, apresentado no relato como amante da rainha, o Mestre vai até ela justificar-se e pedir à regente que o perdoe. A rainha não parece entender as razões de D. João, daí um dos seus acompanhantes emitir o seguinte parecer: *[..] vos lhe devees de perdoar, moormente pois* ***he filho de Rei***." (CDJ, I, p. 31) (grifo nosso).

figura de D. João está relacionada ao Imperador dos Últimos Dias, uma espécie de rei messiânico que luta e vence o Anticristo antes do fim do mundo, segundo relatos como as sibilinas cristãs (ZIERER, 2004, p. 50).

Fernão Lopes trata D. João como uma espécie de Imperador dos Últimos Dias, mas após vencer o Anticristo, representado pelos castelhanos, a *Sétima Idade* indicada pelo cronista, não representaria o início da Jerusalém Celeste, mas ao contrário, um período de felicidade terrena antes do Juízo Final, caracterizada pelo governo da Dinastia de Avis.

A *Crónica* possui na I parte 193 capítulos, que tratam do assassinato do Conde Andeiro em 1383 até a aclamação do Mestre de Avis como rei de Portugal nas cortes de Coimbra, em 1385. A II parte da *Crónica de D. João I* contém 204 capítulos e aborda o período após a coroação de D. João I até 1411, ano da assinatura do tratado de paz entre Portugal e Castela. A crônica não cobre, portanto, todo o reinado de D. João. A III parte da *Crónica de D. João I* foi escrita por Zurara e adotou o título de *Crónica da Tomada de Ceuta*. Quanto à morte de D. João I, é retratada na *Crónica de D. Duarte*, escrita por Rui de Pina.

6.Aspectos Justificadores do "Messias de Lisboa", segundo o cronista

O principal é a relação entre religiosidade e o novo monarca, de acordo com a visão de Lopes. Segundo a sua concepção, D. João é Messias de Lisboa, o salvador de Portugal. Esse "messias", com analogias a Cristo e aos reis do Antigo Testamento, é exemplo do bom cristão capaz de salvar o reino português do domínio castelhano, o que garantiria no futuro também a salvação espiritual dos habitantes de Portugal.

Quanto a D. Juan de Castela é descrito pelo cronista como mau cristão, tendo, portanto, aproximações com o diabo e personificando a imagem do Anticristo. No *Apocalipse de São João*, o Anticristo pode ser representado por Satanás, por um dragão e por um tirano (Ap 20, 1-6). Os termos Anticristo e Messias aparecem citados explicitamente na primeira parte da crônica de Fernão Lopes, respectivamente nos capítulos 63 e 123.

De acordo com o historiador Nieto Soria (1988, p. 71-77) o *messianismo político* está ligado a um rei escolhido por Deus, com ligações com os reis do Antigo Testamento. Segundo Soria, ele é considerado um escolhido para realizar uma determinada tarefa e por isso age como um instrumento do divino. Na obra de Fernão Lopes, a função de D. João é clara: expulsar os castelhanos que representam o Anticristo e apoiavam o "antipapa" de Avignon e levar o reino à salvação.

Este monarca é esperado para realizar uma empresa há muito desejada e tem a seu favor a eleição divina. Elementos sobrenaturais estão ligados à sua figura, como as profecias e os sonhos. Conforme já relatado, na *Crónica*

de D. Pedro, por exemplo, D. Pedro sonha que seu filho João apagava um imenso fogo, o que representa um indício do papel salvador que D. João I teria no futuro ao vencer os castelhanos em batalhas, culminando com a vitória em Aljubarrota. Outra profecia importante é a do frei da Barroca, que tem o sonho no qual Deus lhe avisa que D. João seria o eleito de Deus para ser o rei de Portugal (CDJ, I, p. 49). Convencido pelo religioso, o Mestre de Avis, até então hesitante, decide ficar em Portugal e se torna o líder da resistência contra Castela.

6.1 O Cerco de Lisboa

Um primeiro indício da proteção divina ao eleito de Deus pode ser mostrado quando Fernão Lopes descreve o Cerco de Lisboa, realizado pelos castelhanos em 1384. De acordo com a lógica do cronista, por serem pecadores, os portugueses deveriam ser colocados à prova para ver se mereciam realmente a vitória contra os maus cristãos (ZIERER, 2008, p. 45-46). A cidade de Lisboa é personificada, apresentando analogias com o povo português e com a Virgem Maria, e espera ser salva por seu esposo, D. João, (AMADO, 1991, p. 38). Dentre os milagres que apontam para a vitória dos portugueses, estão a aparição de homens com vestiduras alvas de anjos ao exército português e a chuva de cera que cai do céu (CDJ, I, p. 213). Num primeiro momento, os portugueses rezam a Deus e parece que suas preces não são atendidas. A fome é grande entre a população.

Numa resposta divina, uma peste é enviada somente ao exército castelhano. Mesmo ao misturar prisioneiros portugueses com os infectados, nada acontece, e, por fim, pelo fato de a esposa do rei castelhano ser infectada, este baixa o Cerco, o que representa a vitória portuguesa nas tribulações e seu merecimento em ser salva pelo escolhido de Deus, D. João.

6.2 Evangelho Português, Sétima Idade e Discurso de Frei Rodrigo de Cintra

Após a vitória representada pelo fim do Cerco de Lisboa, D. João é apresentado pelo cronista como seguidor do *Evangelho Português*. Segundo esse evangelho, os "verdadeiros portugueses", como D. João e seus apoiantes, seguiam o papa legítimo, o papa de Roma, ao contrário do que ocorria com o rei castelhano, partidário do papa de Avignon, no contexto do Cisma do Ocidente. Portanto, fica bastante claro o embate entre o Messias, representante de Deus e salvador do reino de Portugal e o Anticristo, representado por D. Juan de Castela, e que, pela ótica de Fernão Lopes, queria tomar o reino pela força.

D. João e Nun'Alvares Pereira são vistos como representantes do papa que, junto com outros combatentes, defendiam o reino de seus ini-

migos e "espargiram seu sangue até a morte" (CDJ, I, 340). D. João é comparado no relato a Cristo e a Moisés e D. Nuno a S. Pedro (CDJ, I, p. 342). A crônica deixa bastante clara a unidade entre o Mestre de Avis e seu comandante militar, sendo capazes de construir uma sociedade baseada em novos laços, como a lealdade a um território. Através dessa ideia Lopes defende a existência de um "nascente sentimento nacional", representado pela nobreza secundogênita, apoiante de D. João, e pelo povo português, os "miúdos", seus partidários.

As tribulações enfrentadas pela cidade de Lisboa, através da fome, da sede, da guerra e da peste (embora este último tormento só tenha atingido os castelhanos) poderiam significar um curto estabelecimento da vitória do Anticristo na terra, representado pelo papa de Avignon e seu partidário, D. Juan de Castela. Porém a vitória de D. João, o Messias de Lisboa, representada pelo descerco pode ser entendida como o estabelecimento de uma nova sociedade, um novo período de felicidade na terra, apresentado pelo cronista como a *Sétima Idade*, no qual elementos de categoria inferior seriam nobilitados (CDJ, I, p. 350) e o reino conheceria um período de justiça social.

Coroando as ações divinas, ocorre um sermão que dá autoridade religiosa aos acontecimentos, proferido pelo franciscano frei Rodrigo de Cintra após o fim da ocupação castelhana. No sermão ele compara o cerco com exemplos bíblicos, mostrando a parcialidade de Deus frente aos intentos do Messias de Lisboa, D. João. Esse frei afirma que se os castelhanos retornassem a Portugal, sofreriam uma amarga derrota, o que pode representar uma segunda vinda do Anticristo, pois os textos sibilinos acreditavam numa nova volta do Anticristo antes do Juízo Final (ZIERER, 2004, p. 50).

De acordo com o *Apocalipse de São João*, os povos de Gog e Magog viriam junto com o Anticristo para preparar o seu advento. Pouco depois, porém, são derrotados pelos santos e mártires e quarenta dias após a sua morte viria o Juízo Final e a Parusia (FRANCO JR., 1999, p. 44).

O cronista convenientemente estabelece o novo período de felicidade (a Sétima Idade de Fernão Lopes) com a época introduzida por D. João I e seus descendentes. No entanto, após o estabelecimento do governo joanino, instaurando o início da *Sétima Idade*, a única modificação social que ocorreria, segundo a sua visão, seria o fato de alguns indivíduos isolados serem nobilitados. Isso porque o cronista não pretendia um rompimento com a ordem estabelecida (MONTEIRO, 1988, p. 127), mas sim justificar o novo grupo político que ascendeu ao poder, a Dinastia de Avis.

6.3 A Batalha de Aljubarrota

Na segunda parte da crônica, quando D. João já foi aclamado como rei pelas cortes de Lisboa, é contado o episódio que vai legitimar pelas armas

a vitória portuguesa contra Castela, a Batalha de Aljubarrota (1385). Antes da batalha, pode-se notar a preocupação de D. João na "diminuição" dos pecados dos habitantes de Portugal, proibindo práticas pagãs, como adivinhações e leitura de sortes, entre outras, além de encomendar procissões, visando agradar a Deus e receber o merecimento da vitória (CDJ, II, p.101).

Teoricamente, segundo o relato, havia a impossibilidade de vencer a batalha pelo fato de o exército português ser muito menor[9]. Segundo a descrição do cronista, tudo no acampamento castelhano abundava: além dos homens, os armamentos, bebidas, conservas, o que indicava pelos fatos que o rei de Castela tinha todas as possibilidades para vencer a batalha. Mesmo assim, o monarca é mostrado com atitudes cruéis, como a de ter mandado decepar e cortar as línguas de homens, mulheres e crianças, e de ter ateado fogo a igrejas, como a de S. Marcos, em Trancoso (CDJ, II, p. 64). É bastante mencionado no texto que o fato de que "juízo de Deus" seria feito, indicando que Deus faria o julgamento de quem deveria vencer o combate, D. Juan de Castela ou D. João de Portugal.

O relato enfatiza ainda as rezas de cada um dos lados, os portugueses recebendo a comunhão pelo lado do papa Urbano de Roma (CDJ, II, p.103) e os castelhanos pelo lado do papa de Avignon. Segundo o cronista: "E dois bispos que ali vinham e alguns frades pregadores outorgavam indulgências da parte do antipapa a todos os que contra os portugueses tomassem armas ou dessem ajuda daquilo que tivessem para lhes fazer a guerra" (CDJ, II, p.104).

Porém os portugueses fiavam-se na mãe de Deus. Por a luta ocorrer na véspera da Assunção da Virgem Maria, os portugueses rezaram e fizeram o jejum, o que demonstrava a sua devoção (CDJ, II, p. 93). Esta vitória[10] foi interpretada por Lopes como a confirmação da eleição de D. João como eleito de Deus para governar Portugal e é caracterizada por Coelho (2008, p. 336) como um verdadeiro ordálio. A vitória confirma no relato do cronista o aspecto messiânico de D. João I.

Após a batalha, Lopes apresenta o discurso de outro religioso. Tal como na primeira parte da crônica, a vitória é explicada por um frade franciscano, desta vez Frei Pedro. Este relaciona o resultado da batalha com feitos bíblicos nos quais Iaweh protegeu os seus eleitos dos inimigos. O frade procura desta maneira, explicar a vitória como resultado de um milagre divino.

[9] Nos números exagerados de Fernão Lopes, os portugueses teriam 6.500 homens, enquanto os castelhanos 30.000. Já os historiadores como Oliveira Marques afirmam que os castelhanos eram entre 17.500 e 19.000 homens e os portugueses 7.000 (MARQUES, 1986, p. 530).

[10] Oliveira Marques (1986) interpretou os motivos materiais da vitória portuguesa. Para esse autor a mesma ocorreu devido a um melhor posicionamento do exército português no planalto e uma estratégia guerreira baseada em paliçadas e fossos, impedindo o avanço da cavalaria castelhana. Além disso, para o mesmo autor, os portugueses estavam mais motivados que os castelhanos para vencer o combate.

Rememora ainda outros milagres associados a D. João, como o do bebê de oito meses que falou e apontou o Mestre de Avis como rei antes de sua eleição nas Cortes de Coimbra, em 1385 (CDJ, II, p. 125). O discurso de frei Pedro conclui os elementos messiânicos de D. João na segunda parte da crônica.

Considerações Finais

Conforme foi possível observar, Fernão Lopes construiu com sucesso a imagem de D. João I como salvador de Portugal, exemplo de cristão modelar e fiel ao papa de Roma. O elemento que consolidou esses feitos foi a batalha de Aljubarrota (1385), marco capaz de consolidar a imagem de D. João como bom governante, garantindo-lhe frente à posteridade o epíteto de "Rei da Boa Memória" (ZIERER, 2008, p. 49).

Os feitos bélicos, somados a tomada de Ceuta em 1415, confirmaram a figura de D. João como um rei poderoso, atuante na guerra e que teve um papel cruzadístico, retomando áreas que estavam nas mãos dos mouros e por esses motivos, escolhido por Deus, devido ao seu "carisma do poder". O papel do cronista nesse processo foi fundamental, pois a imagem positiva tecida por ele sobre o fundador da Dinastia de Avis foi importante não apenas para legitimá-lo após a morte, mas perdurou na posteridade.

Apesar do governo de D. João ter sido marcado pela peste, fome, guerras, prolongamento de impostos, como as sisas, e queixas sobre o abuso dos grandes sobre os pequenos, perdurou a visão sobre o rei da Boa Memória, iniciador das Grandes Navegações e do afloramento do "sentimento nacional" em Portugal.

Isso nos leva a pensar sobre a questão do ofício do historiador, que segundo Febvre (1989, p. 111) não deve julgar, mas sim compreender e fazer compreender. Lopes com certeza nos auxilia a entender o contexto de ascensão da Dinastia de Avis ao poder e alarga a sua narrativa ao fazer emergir outros personagens, provenientes das camadas populares. No seu papel de historiador do seu tempo, auxiliou a compreensão do momento histórico em que viveu, mas certamente contribuiu de maneira fundamental para uma visão positiva do seu biografado, para a qual devemos estar atentos ao analisar os feitos do "Messias" de Lisboa através dos escritos do cronista.

Tal como os historiadores atuais, Lopes se preocupa com uma visão mais ampla da sociedade, retratando personagens anônimos. Mas o interesse pelos "miúdos" não significa um comprometimento do autor com mudanças sociais. Ele aponta um "novo tempo" marcado pelo início da Dinastia de Avis (a *sua Sétima Idade*, que como vimos, era diferente da visão de outros pensadores medievais), onde apenas "alguns" foram nobilitados. É o caso do próprio cronista, que era de origem humilde e após ter desempenhado importantes funções para os dirigentes se tornou nobre.

É possível compreender que a ideia do rei escolhido por Deus e combatente do "Anticristo" teve por objetivo a legitimação simbólica de um novo grupo político no poder, para o qual a ação de Fernão Lopes redundou num enorme sucesso. Essa visão predomina até mesmo na maneira como os estudiosos de literatura e da historiografia atual são influenciados pelos escritos de Lopes sobre a imagem de D. João. De acordo com Saraiva, sobre a relevância desse cronista:

> **Deve-se notar que quase tudo o que sabemos sobre a chamada revolução de 1383-1385 o sabemos por Fernão Lopes, pois dela nos ficaram poucos documentos 'autênticos'**. Foi Fernão Lopes quem lhe deu o caráter de cataclismo social, o carácter 'revolucionário' que seduz os historiadores modernos (SARAIVA, 1988, p. 178). (grifo nosso)

Além dessa concepção de Saraiva, importante estudioso da área de Literatura, outros historiadores contemporâneos também parecem compartilhar com ele de uma concepção favorável sobre D. João I. Oliveira Marques (1976, p. 58), por exemplo, afirma sobre este rei que: "de todos os monarcas medievais foi sem dúvida [...] **o mais culto e o mais apto** para gerir a república (grifo nosso). A cultura louvada do monarca está provavelmente ligada à sua composição de um manual de caça, o *Livro de Montaria*, mas parece que o fato de ser considerado por Marques o rei "mais apto" sofre influência indireta dos seus feitos guerreiros descritos na crônica de Fernão Lopes.

Quanto à Maria Helena Coelho (2008, p. 395) na sua biografia sobre D. João I termina o livro com um saldo que também parece positivo desse governante: "Rei da *Boa Fortuna*, *de Boa Memória*, *Pai dos Portugueses*, será a **memória luminosa** que, ultrapassando negros ou sombras, colheu em vida, e re-colheu para além do seu tempo, o rei que mais longamente se sentou em um trono em Portugal" (grifo nosso).

Um dos autores com o olhar mais crítico sobre o reinado do iniciador da dinastia de Avis foi Armindo de Sousa, que afirmou o seguinte: "D. João vai ficar na história como o **rei da Boa Memória. Só por razões de propaganda dinástica ou por motivos patrióticos-políticos isso pôde ter sucedido**" (SOUSA, s/d, 497) (grifo nosso). Logo a seguir o autor explica os problemas econômicos e sociais ocorridos no governo joanino já apontados nesse artigo.

Temos, ao mesmo tempo, duas imagens sobre D. João. A primeira, positiva, com base no imaginário político, na qual a ação de Fernão Lopes foi bastante importante na fixação dos feitos do primeiro monarca avisino. A segunda, baseada na realidade social, através dos dados que hoje sabemos sobre o seu governo, mostram que, na prática, a promessa de Lopes sobre

os "novos tempos" para os humildes e de mais equidade social não vieram, ou melhor, foram protelados somente para a outra vida, depois da morte (ZIERER, 2006, p. 147).

Apesar disso, a conclusão sobre a construção da imagem tecida por Fernão Lopes acerca de D. João é a seguinte: ainda que hoje em dia outros documentos além da crônica sejam consultados pelos historiadores, tais como chancelarias, cortes, cartas, legislações, tratados, entre outros, a visão elaborada pelo cronista teve importância não somente no passado, mas no presente, contribuindo nas concepções sobre D. João I atualmente. O historiador do século XV teve papel fundamental nesse processo e sua tarefa resultou vitoriosa na elaboração de D. João I como bom rei, cujos feitos devem continuar ser lembrados, daí a permanência da sua "boa memória" na contemporaneidade.

Referências

Fontes

FERNÃO LOPES, Fernão. **Crónica de D. João I (CDJ)**. Edição preparada por M. P. Lopes de Almeida e Magalhães Basto. Lisboa: Livraria Civilização, 1990, 2 vols.

FERNÃO LOPES. **Crónica de Rei Dom Pedro I (CDP)**. 2ª ed. revista. Edição Crítica de Giuliano Macchi. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007.

Estudos

ACCORSI JR., Paulo. **Do Azambujeiro Bravo à Mansa Oliveira Portuguesa**. A prosa civilizadora na corte do rei D. Duarte (1412-1438). 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1997.

AMADO, Teresa. **Fernão Lopes, contador de História**. Lisboa: Estampa, 1991.

AMADO, Teresa. Crónica de D. João I. In: LANCIANI, Giulia e TAVANI, Giuseppe (org. e coord.). **Dicionário de Literatura Galega e Portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1993, p. 180-182.

BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Lisboa: Europa-América, 1993.

BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CARDOSO, Ciro. **Uma Introdução à História**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

COELHO, Maria Helena. **D. João I**. Lisboa: Temas e Debates, 2008.

COELHO, Maria Helena. **D. João I. O de Boa Memória**. Lisboa: Academia Portuguesa da História/Quidnov, 2009.

DIAS, Isabel. **A Arte de ser Bom Cavaleiro**. Lisboa: Estampa, 1997.

DUBY, Georges. **O Domingo de Bouvines**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa: Presença, 1989.

FERREIRA, Maria da Conceição. Imagens dos Reis na Cronística Medieval. *In*: MORENO, Humberto Baquero (coord.). **História de Portugal Medievo**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

FRANÇA, Susani L. **Os Reinos dos Cronistas Medievais. Século XV**. São Paulo: Annablume, 2006.

FRANCO JR., Hilário. **Ano Mil. Tempo de Medo ou de Esperança?** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LE GOFF, Jacques. **O Imaginário Medieval**. Lisboa: Estampa, 1994.

LE GOFF, Jacques. "A História Política Continua a ser a Espinha Dorsal da Histórial? In: ID. **O Imaginário Medieval**. Lisboa: Estampa, 1994.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: ROMANO, Ruggiero. (Dir.). **Memória/História**. **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989.

LE GOFF, Jacques. **São Luís. Biografia**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

LOYN, H. R. **Dicionário de Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

MARQUES, A. H. de Oliveira. Fernão Lopes. *In*: SERRÃO, Joel (Dir.). **Dicionário de História de Portugal**. Porto: Livraria Figueirinhas, 1976.

MARQUES, A. H. de O. **Portugal na crise dos séculos XIV e XV**. Lisboa: Presença, 1986.

MALEVAL, Maria do Amparo T. **Fernão Lopes e a Retórica Medieval**. Niterói: Eduff, 2010.

MONTEIRO, João Gouveia. **Fernão Lopes. Texto e Contexto.** Coimbra: Minerva, 1988.

NIETO SORIA, J. M. **Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla (siglos XIII-XVI)**. Madrid: Eudema Universidad, 1988.

REBELO, Luís de Sousa. **A concepção de poder em Fernão Lopes**. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

SARAIVA, A. H. e LOPES, Oscar. **História da Literatura Portuguesa**. Porto: Porto Ed., 1978.

SARAIVA, A.J. Introdução. In: **As Crónicas de Fernão Lopes**. Lisboa: Gradiva, 1997.

SOUSA, Armindo de. D. João I. *In*: MATTOSO, José. **História de Portugal**. Lisboa: Editorial Estampa, s/d, v. II.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos. Medieval Portuguese Royal Chronicles. Topics in a Discourse of Identity and Power. In: **e-JPH**, Porto, Vol. 5, number 2, Winter 2007, p. 1-7.

VENTURA, Margarida Garcez. **O Messias de Lisboa. Um Estudo de Mitologia Política (1383-1415)**. Lisboa: Cosmos, 1992.

VIEIRA, Ana Carolina D. **"Como he doçe cousa reinar": a construção de uma dinastia sob a ótica de Fernão Lopes**. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

WOLF, Philippe. **Outono da Idade Média ou Primavera dos Novos Tempos?** Lisboa: Edições 70, 1988.

ZIERER, Adriana Mª de S. **Paraíso, escatologia e messianismo em Portugal à época de D. João I (1383-85/1433)**. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004.

ZIERER, Adriana Mª de S. O Messianismo na Legitimação Simbólica de D. João I (1383-85/1233). In: **Politéia**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2006, v. 6, n. 1, p. 123-148.

ZIERER, Adriana Mª de S. O Papel da Guerra na Legitimação Simbólica de D. João I, o Messias de Lisboa. In: **Métis**. Caxias do Sul: Educs, 2007, v. 6, n. 11, p. 215-239.

ZIERER, Adriana Mª de S. A Construção do Poder na "Revolução" de Avis (1383-1385). In VII Encontro Humanístico (UFMA, 2007). ANAIS ... São Luís: Edufma, 2008, p. 41-50.

ZUMTHOR, Paul**. A Letra e a Voz**. A "literatura" medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Artigo recebido em 27/04/2012 e aceito para publicação em 26/06/2012.